

2 — São liminarmente rejeitadas as candidaturas que não satisfaçam as condições estabelecidas no número anterior.

3 — As candidaturas admitidas constam de Edital, a publicar na página eletrónica do IST.

4 — O Presidente do Conselho de Escola enviará a todos os membros do Conselho de Escola e para o Presidente da Assembleia de Escola cópia dos processos de candidatura apresentados pelos candidatos admitidos.

Artigo 7.º

Audição

1 — A Comissão Eleitoral, ouvido o Presidente da Assembleia de Escola, fixará, dentro dos limites estabelecidos no calendário eleitoral, as datas em que os candidatos deverão apresentar publicamente perante a Assembleia de Escola as suas candidaturas.

2 — A apresentação das candidaturas, referidas no n.º 1, completa-se com a elaboração por parte da Assembleia de Escola de um parecer sobre o mérito absoluto de cada candidatura, a aprovar por maioria simples, nos termos da alínea e) do n.º 11 do artigo 10.º dos Estatutos do IST.

3 — A Comissão Eleitoral fixará, nos prazos estabelecidos no calendário eleitoral, o processo de audição dos candidatos pelo Conselho de Escola para a apresentação dos correspondentes currículos e programas de ação, os quais são objeto de discussão pelos membros deste órgão.

Artigo 8.º

Modo de eleição

1 — Concluída a audição, o Conselho de Escola reúne em sessão expressamente convocada para o efeito para proceder à eleição do Presidente do IST.

2 — A eleição é feita mediante a votação presencial dos membros do Conselho de Escola.

3 — A eleição do Presidente do IST requer uma maioria absoluta do número estatutário dos membros do Conselho.

4 — Será eleito à primeira volta o candidato que obtiver oito ou mais votos.

5 — Caso nenhum dos candidatos obtenha oito votos, proceder-se-á a uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados.

6 — Havendo mais do que um candidato empatados no segundo lugar, proceder-se-á ao desempate, votando somente nos candidatos empatados.

7 — Se não houver maioria absoluta, a votação será repetida, uma vez.

8 — Se findo o processo previsto nos números anteriores, continuar a não haver uma maioria absoluta, será desencadeado novo procedimento de eleição.

Artigo 9.º

Proclamação da eleição

1 — Os resultados da eleição constarão da ata da reunião do Conselho de Escola onde constam os nomes dos candidatos, os resultados das votações e qualquer incidente ocorrido durante a eleição.

2 — Uma vez aprovada a ata pelo Conselho de Escola, o Presidente do Conselho de Escola comunicará ao Reitor da UTL o resultado da eleição do Presidente do IST e proclama o respetivo resultado, fazendo-o publicar por meio de Edital, nos locais de estilo e na página eletrónica do IST.

207262633

Despacho (extrato) n.º 12438/2013

Designo, ao abrigo da alínea p) do n.º 4 do artigo 13 dos Estatutos do Instituto Superior Técnico, a Professora Maria João Correia Colunas Pereira como Presidente Centro de Recursos Naturais e Ambiente (CERENA).

19 de setembro de 2013. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Limede de Oliveira*.

207264237

Despacho (extrato) n.º 12439/2013

Designo, ao abrigo do n.º 6 do Art.º 28.º do Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Natureza Administrativa e de Apoio Técnico do Instituto Superior Técnico, o Doutor João Henrique Garcia Alves como Diretor-Adjunto para o Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica do Campus Tecnológico e Nuclear do IST.

19 de setembro de 2013. — O Presidente do Instituto Superior Técnico, *Arlindo Manuel Limede de Oliveira*.

207264212

UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Aviso (extrato) n.º 12091/2013

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, datado de 16/09/2013.

Licenciada Carla Maria Cró Abreu — autorizo a mobilidade interna na categoria, da técnica superior Carla Maria Cró Abreu, para os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS), pelo período de 1 ano, com efeitos a partir do dia 17 de setembro de 2013. (Isento de fiscalização prévia Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas)

19 de setembro de 2013. — A Administradora, *Susana Teles*.

207265599

UNIVERSIDADE DO MINHO

Aviso n.º 12092/2013

Procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho do mapa de pessoal da Universidade do Minho — Carreira/Categoria de Assistente Técnico — Projeto de lista de ordenação final — Audiência dos interessados.

Em cumprimento das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 36.º, do n.º 1 do artigo 30.º e da alínea d) do n.º 3 do mesmo artigo 30.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e nos termos do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 1166/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro de 2013, ref. CTTC-7/12-SA(2), de que, para efeitos de realização da audiência dos interessados, o projeto de lista de ordenação final se encontra afixado no átrio do edifício da Universidade do Minho, sito no Largo do Paço, em Braga, bem como disponível na página eletrónica da UM em <http://intranet.uminho.pt> no separador procedimentos concursais.

É concedido aos candidatos o prazo de 10 dias úteis, contado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para querendo, se pronunciarem por escrito sobre o que se lhes oferecer, devendo utilizar para o efeito o formulário “Exercício do Direito de Participação dos Interessados”, disponível na página eletrónica da UM em <http://intranet.uminho.pt>, no separador procedimentos concursais.

O formulário deve ser apresentado em suporte de papel e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio para os Serviços Académicos, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.

O processo fica disponível para consulta nos Serviços Académicos, no endereço acima referido, no seguinte horário:

Segunda e sexta-feira: 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas;
Terça e quinta-feira: 14:00 às 17:00 horas;
Quarta-feira: 09:00 às 12:00 horas.

6 de setembro de 2013. — A Presidente do Júri, *Carla Isabel Pereira Lavrador*.

207264967

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Despacho n.º 12440/2013

Alteração do Regulamento de Inscrição em Unidades Curriculares Isoladas e do Diplomado Inscrito em Estágio para o Exercício de uma Profissão

Considerando que o Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, veio alterar o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, e fixou limites à creditação das unidades curriculares realizadas pelos estudantes com aproveitamento;

Considerando que é importante que essa regra seja transposta para este regulamento para que os estudantes sejam devidamente informados;

Considerando que esta alteração foi efetuada em agosto de 2013 é importante que a mesma entre em vigor no ano letivo 2013-2014;

Considerando que quando foi elaborado e aprovado este regulamento ainda se mantinham em funções a Comissão Instaladora e que entretanto já foram aprovados os estatutos definitivos do IPCA, importa fazer uma retificação sobre os órgãos com competência estatutária;

Considerando que este regulamento já foi objeto de uma alteração, propõe-se a republicação do mesmo;

Considerando que foram emitidos pareceres favoráveis pelos Conselhos Técnico-Científicos e Conselhos Pedagógicos da Escola Superior de Gestão e da Escola Superior de Tecnologia, bem como do Conselho Académico do IPCA;

Nestes termos e ao abrigo do artigo 38.º dos Estatutos do IPCA aprovo as alterações a este Regulamento:

Artigo 1.º

Os artigos 1.º, 4.º e 7.º passam a ter a seguinte redação:

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento fixa as normas regulamentares da inscrição em unidades curriculares do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave, de acordo com o disposto no artigo 46.º-A, bem como os direitos dos diplomados inscritos em estágio profissional para o exercício de uma profissão, nos termos do artigo 46.º - B, ambos do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

Artigo 4.º

Avaliação e creditação

1 — A inscrição pode ser feita em regime sujeito a avaliação ou não.

2 — As unidades curriculares isoladas em que o estudante se inscreva em regime sujeito a avaliação e em que obtenha aprovação:

a) São objeto de certificação;

b) São obrigatoriamente creditadas até ao limite de 50 % do total de créditos do ciclo de estudos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, caso o seu titular tenha ou venha a adquirir o estatuto de aluno de um ciclo de estudos das Escolas do IPCA;

c) São incluídas no Suplemento ao Diploma que venha a ser emitido.

3 — As unidades curriculares em que o estudante se inscreva em regime não sujeito a avaliação apenas serão objeto de emissão de certificado de frequência com indicação do total de horas de aulas assistidas.

4 — Para efeitos de assiduidade e avaliação aplica-se o disposto no regulamento interno de frequência e avaliação de cada Escola do IPCA.

5 — A creditação mencionada na alínea b) do n.º 2 do presente artigo deverá ser solicitada pelo interessado, no ato de matrícula e inscrição, não havendo lugar ao pagamento da taxa de creditação, quando a unidade curricular pertença ao ciclo de estudos em que se está a inscrever.

6 — Para garantir o normal funcionamento das unidades curriculares dos cursos do IPCA são, fixadas vagas anuais, pelo Diretor de cada Escola, para a inscrição nas unidades curriculares.

7 — Os candidatos são selecionados segundo o currículo apresentado e habilitações académicas, bem como as razões da sua pretensão, podendo existir a necessidade de realização de uma entrevista.

8 — Pela inscrição nos termos deste regulamento são devidos, a título de propinas, os montantes que forem fixados, de forma proporcionada, anualmente, pelo Presidente do IPCA.

Artigo 7.º

Disposições finais

1 — As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento serão resolvidas por despacho do Presidente do IPCA, ouvidos os Diretores das Escolas.

2 — Os estudantes inscritos nos termos deste regulamento e que não sejam estudantes do IPCA não gozam das regalias sociais previstas para os restantes estudantes, nomeadamente o acesso a bolsas de estudos, sendo-lhes, contudo, facultado o acesso à Cantina, Bar, Biblioteca e ao Serviço de Informática e demais equipamentos pedagógicos em igualdade de direitos.

3 — Estes estudantes gozam das regalias dos Estatutos Especiais, designadamente, Estatuto de Trabalhador-Estudante, Parturientes, Mães e Pais, entre outros.

4 — Com a entrada em vigor deste regulamento são revogados todos os regulamentos que com ele sejam incompatíveis.

5 — O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

Artigo 2.º

É republicado, em anexo, o Regulamento de Inscrição em Unidades Curriculares Isoladas e do Diplomado Inscrito em Estágio Profissional para o Exercício de uma Profissão.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

13 de setembro de 2013. — O Presidente, *João Baptista da Costa Carvalho*.

Republicação do Regulamento do Estudante Inscrito em Unidades Curriculares Isoladas e do Diplomado Inscrito em Estágio Profissional para o Exercício de uma Profissão.

Preâmbulo

O artigo 46.º-A do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, veio prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino superior permitirem a inscrição em unidades curriculares dos cursos que ministram. Este Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, foi objeto de uma nova alteração e republicação através do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

O IPCA já previa anteriormente esta possibilidade através do regulamento do estudante extraordinário aprovado pela Comissão Instaladora em 2007. Com a introdução do artigo 46.º-A verifica-se a necessidade de elaborar um novo regulamento do estudante inscrito em unidades curriculares isoladas, revogando o anterior regulamento. Há também a necessidade de consagrar os direitos dos titulares do grau de licenciado obtido no IPCA que, com o novo artigo 46.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, têm os mesmos direitos dos estudantes do IPCA, no prazo de 24 meses após a obtenção do grau desde que estejam a realizar um estágio profissional para o acesso a uma profissão.

Nos termos dos artigos 46.º-A e 46.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, e ao abrigo do artigo 38.º dos Estatutos do IPCA, ouvidos os Conselhos Técnico-Científicos e os Conselhos Pedagógicos da Escola Superior de Gestão e da Escola Superior de Tecnologia, e o Conselho Académico, o Presidente do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave aprova o Regulamento de Inscrição em Unidades Curriculares Isoladas e do Diplomado Inscrito em Estágio Profissional para o Exercício de uma Profissão nos termos seguintes:

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento fixa as normas regulamentares da inscrição em unidades curriculares do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave, de acordo com o disposto no artigo 46.º-A, bem como os direitos dos diplomados inscritos em estágio profissional para o exercício de uma profissão, nos termos do artigo 46.º-B, ambos do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — Os estudantes, com matrícula válida, poderão inscrever-se e frequentar a título extraordinário unidades curriculares diferentes das constantes do plano de estudos do respetivo curso, quer na respetiva Escola, quer na outra Escola do IPCA.

2 — A inscrição em outras unidades curriculares isoladas não confere ao estudante do IPCA qualquer direito à compatibilidade de horários.

3 — Não se consideram unidades curriculares isoladas as unidades curriculares a que um estudante deve inscrever-se para concluir um curso de 1.º ciclo, independentemente do número de ECTS que lhe faltarem para o efeito, caso em que é considerado estudante em regime de tempo integral ou em regime de tempo parcial, conforme o regime em que se encontra inscrito no ano letivo anterior.

4 — Ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, podem igualmente inscrever-se e frequentar unidades curriculares de qualquer curso das Escolas do IPCA outros interessados.

5 — A frequência e aproveitamento nas unidades curriculares isoladas não garante, por si só, o futuro ingresso num curso do IPCA.

Artigo 3.º

Inscrição

1 — A inscrição em unidade curricular isolada só pode ser requerida até ao início do semestre em que a mesma é ministrada, salvo autorização expressa do Diretor da Escola, ouvido o Diretor do Curso.

2 — A inscrição em unidades curriculares deverá realizar-se nos Serviços Académicos no início de cada semestre letivo, para as unidades curriculares semestrais, ou no início do ano letivo para as unidades curriculares anuais, em prazos a determinar pelo Diretor da Escola.

3 — Em cada Escola os elencos das unidades curriculares de cada ano e semestre em que poderá ser realizada a inscrição prevista no artigo 2.º serão fixados pelo respetivo Diretor.

4 — O pedido de inscrição em unidade curricular isolada só pode ser recusado pelo Diretor da Escola com fundamento em razões de natureza pedagógica, nomeadamente por excesso de estudantes inscritos, devendo ser ouvido o Diretor do Curso.

5 — Não é permitida a inscrição a mais de 5 unidades curriculares por ano e um total de 15 unidades curriculares por curso de Licenciatura;

6 — Para efeitos do número anterior a unidade curricular de Simulação Empresarial corresponde a 3 unidades curriculares;

7 — A inscrição e frequência de unidades curriculares isoladas estão sujeitas ao pagamento das propinas fixadas pelo IPCA.

8 — Excecionalmente, e em casos devidamente fundamentados, pode ser permitida pelo Presidente do IPCA ou em quem este delegue, a inscrição a mais de 5 unidades curriculares por ano para os candidatos detentores de licenciatura, e desde que se comprove que efetivamente necessita dessas unidades curriculares para a inscrição numa Ordem Profissional.

Artigo 4.º

Avaliação e creditação

1 — A inscrição pode ser feita em regime sujeito a avaliação ou não.

2 — As unidades curriculares isoladas em que o estudante se inscreva em regime sujeito a avaliação e em que obtenha aprovação:

a) São objeto de certificação;

b) São obrigatoriamente creditadas até ao limite de 50 % do total de créditos do ciclo de estudos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, caso o seu titular tenha ou venha a adquirir o estatuto de aluno de um ciclo de estudos das Escolas do IPCA;

c) São incluídas no Suplemento ao Diploma que venha a ser emitido.

3 — As unidades curriculares em que o estudante se inscreva em regime não sujeito a avaliação apenas serão objeto de emissão de certificado de frequência com indicação do total de horas de aulas assistidas.

4 — Para efeitos de assiduidade e avaliação aplica-se o disposto no regulamento interno de frequência e avaliação de cada Escola do IPCA.

5 — A creditação mencionada na alínea b) do n.º 2 do presente artigo deverá ser solicitada pelo interessado, no ato de matrícula e inscrição, não havendo lugar ao pagamento da taxa de creditação, quando a unidade curricular pertença ao ciclo de estudos em que se está a inscrever.

6 — Para garantir o normal funcionamento das unidades curriculares dos cursos do IPCA são, pelo Diretor de cada Escola, fixadas vagas anuais para inscrição nas unidades curriculares.

7 — Os candidatos são selecionados segundo o currículo apresentado e habilitações académicas, bem como as razões da sua pretensão, podendo existir a necessidade de realização de uma entrevista.

8 — Pela inscrição nos termos deste regulamento são devidos, a título de propinas, os montantes que forem fixados, de forma proporcionada, anualmente, pelo Presidente do IPCA.

Artigo 5.º

Candidatura

A inscrição é apresentada nos serviços académicos até ao início de cada semestre, tendo de ser instruída com os seguintes documentos:

Requerimento de acordo com modelo dos Serviços Académicos, e com a devida fundamentação das razões do seu pedido;

Documento comprovativo das habilitações;

Cópia do Bilhete de Identidade

Curriculum vitae

Artigo 6.º

Estágios profissionais

1 — Os titulares do grau de licenciado pelo IPCA que, no período de 24 meses após a obtenção do grau, se encontrem a realizar estágio

profissional para o exercício de uma profissão beneficiam, nos termos fixados pelo presente artigo, dos direitos dos estudantes do IPCA.

2 — A atribuição dos direitos é independente de o estágio profissional ser remunerado ou não e está condicionada à inscrição no IPCA.

3 — A inscrição a que se refere o número anterior não está sujeita ao pagamento de propinas ou de quaisquer outros encargos.

4 — Os estagiários previstos no número um têm direito:

a) À emissão de cartão de identificação da instituição de ensino superior;

b) Ao acesso à ação social escolar nos termos dos alunos da instituição, incluindo a eventual atribuição de bolsa de estudos;

c) Ao acesso aos recursos da instituição, como Bibliotecas e Recursos Informáticos, nos mesmos termos em que acedem os restantes estudantes.

Artigo 7.º

Disposições finais

1 — As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento serão resolvidas por despacho do Presidente do IPCA, ouvidos os Diretores das Escolas.

2 — Os estudantes inscritos nos termos deste regulamento e que não sejam estudantes do IPCA não gozam das regalias sociais previstas para os restantes estudantes, nomeadamente o acesso a bolsas de estudos, sendo-lhes, contudo, facultado o acesso à Cantina, Bar, Biblioteca e ao Serviço de Informática e demais equipamentos pedagógicos em igualdade de direitos.

3 — Estes estudantes gozam das regalias dos Estatutos Especiais, designadamente, Estatuto de Trabalhador-Estudante, Parturientes, Mães e Pais, entre outros.

4 — Com a entrada em vigor deste regulamento são revogados todos os regulamentos que com ele sejam incompatíveis.

5 — O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.

207260502

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**Aviso n.º 12093/2013**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por despacho de 17 de setembro de 2013 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Doutor Rui Jorge da Silva Antunes, foi autorizada a contratação de Alice Maria de Jesus Carvalho, na carreira/categoria de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 17 de setembro de 2013, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1, para o Instituto Politécnico de Coimbra.

18.09.2013. — O Administrador, *Manuel Filipe Mateus dos Reis*.
207262869

Aviso n.º 12094/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por despacho de 17 de setembro de 2013 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Doutor Rui Jorge da Silva Antunes, foi autorizada a contratação de Ricardo Manuel Jorge Pereira, na carreira/categoria de Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 16 de setembro de 2013, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 1, para o Instituto Politécnico de Coimbra.

18.09.2013. — O Administrador, *Manuel Filipe Mateus dos Reis*.
207262836

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Instituto Superior de Engenharia do Porto****Regulamento n.º 369/2013**

Considerando que:

1 — Através do Despacho 13462/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 161 de 19 de agosto de 2010, foi aprovado o Regulamento Geral de Matrículas e Inscrições do Instituto Superior de Engenharia do Porto;